

OS LEIGOS ÉRAMOS NÓS*

THE LAY WERE US

Denise Costa Hausen¹**“Temos o dever moral de desobedecer leis injustas.”**

Martin Luther King

Resumo: Este trabalho versa sobre a trajetória dos leigos na relação com a prática do psicanalista, reafirmando o caráter leigo da psicanálise. Através da historicização do tema da análise profana ou leiga, defende-se a posição de que a psicanálise possa se manter à parte de uma legislação, de um conselho de profissão, de um decreto que institua normas para seu exercício. Conclui-se com a proposta de que se tome cuidado para que a instituição formadora não se torne excludente, mantendo-se o foco no tripé análise pessoal, clínica supervisionada e estudo teórico.

Palavras-chave: Instituições. Laicidade. Psicanálise. Psicologia.

Abstract: This paper deals with the trajectory of the lay in relation to the practice of the psychoanalyst, reaffirming the lay character of the psychoanalysis. Through the historicization of the topic of the profane or lay analysis, we support the position that psychoanalysis might keep away from being part of a legislation, of profession council or a decree that establishes norms for its exercise. It ends up with the proposal that the training institution must not become exclusive, and the focus should be placed on the tripod personal analysis, supervised clinic and theoretical study.

Keywords: Institution. Laity. Psychoanalysis. Psychology.

¹Psicanalista, professora, psicóloga. Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Membro pleno do Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre. Fundadora do Espaço Analítico. denisechausen@gmail.com

*Este artigo tem sua origem no evento SIG: Identidade e Futuro: analisando a Análise Leiga, realizado em 31 de maio de 2017, para o qual fui convidada, ao lado de Ana Gageiro, pela Diretora Científica da instituição, Carolina Falcão. O evento se propunha à retomada da trajetória dos leigos na relação com a prática do psicanalista.

1 LEIGO, LAICIDADE, LAICO

Laico é a forma erudita de leigo, cujo significado no meio religioso se refere ao membro ativo da Igreja que não exerce funções específicas do clérigo. Na Igreja Católica, leigos são os cristãos que participam ativamente de atividades ligadas à Igreja, embora não façam parte do clero, ou seja, não são ordenados nem integram a hierarquia eclesiástica, não consagrando a hóstia, por exemplo.

As duas palavras têm a mesma etimologia, já que o termo “leigo” deriva do latim *laicus*, cuja origem vem do grego *laikós*, que significa “do povo”. É sinônimo de “laical”, ou seja, que não pertence ou não está sujeito a nenhuma religião (CUNHA, 1982).

Atualmente, a palavra laico é vista como um atributo de um Estado que funciona separado da religião. Por exemplo: ensino leigo ou laico. É a partir da

segunda metade do século XIX que a palavra ganha o sentido de uma pessoa, organização ou atividade autônoma e sem ligação à esfera da religião.

Por outro lado, a palavra leigo é, na maior parte das vezes, usada no seu sentido figurado, que indica uma pessoa que não conhece ou não é especialista em um determinado assunto ou profissão, um indivíduo com pouco ou nenhum conhecimento em determinada matéria, por exemplo, “um leigo em informática”. Para a psicanálise, e neste artigo, se refere ao *não-médico*.

Para garantir simultaneamente a liberdade de todos e a liberdade de cada um, a laicidade distingue e separa o domínio *público*, onde se exerce a cidadania, e o domínio *privado*, onde se exerce as liberdades individuais (de pensamento, de consciência, de convicção) e onde coexistem as diferenças (biológicas, sociais, culturais, etc.). Pertencendo a todos, o espaço público é indivisível: nenhum cidadão ou grupo de cidadãos deve impor as suas convicções aos outros. Simetricamente, o Estado laico proíbe de intervir nas formas de organização coletivas (partidos, igrejas, associações, etc.), as quais qualquer cidadão pode aderir e que relevam do direito privado (ROMANO, 2017).

Por extensão, pressupõe-se que o Estado laico não legisle sobre as categorias profissionais e sua regulamentação.

2 A PSICOLOGIA NO RIO GRANDE DO SUL, SEU ENTRELAÇAMENTO COM A PSICANÁLISE

Entre maio e junho de 1953, o professor húngaro Bela Székely ministrou dois cursos na Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, por sugestão de alunos da pós-graduação em Filosofia da mesma universidade, caracterizando com eles o germe da Faculdade de Psicologia, criada oficialmente em 30 de junho. Essa era uma possibilidade de que a formação em Psicologia assegurasse aos intelectuais católicos trazer para seus cuidados as disciplinas que tratavam da moral, aquelas que hoje nomeamos como as *humanas*. Esse foi o primeiro curso de graduação em Psicologia em toda a Região Sul, o segundo no Brasil. O professor convidado então tituló um desses cursos como Da Psicanálise à Análise Existencial. De orientação freudo-marxista, a escolha da psicanálise como vertente teórica de sua exposição faz uma marca fundante na criação desse curso e da Psicologia no Rio Grande do Sul. A marca fundante, portanto, da primeira Faculdade de Psicologia no Sul do Brasil, a da PUC, tem na sua origem a psicanálise. A pedra angular que alicerça essa origem é dada pelo convite feito a um professor que escolhe, junto a outros temas, elencar a psicanálise como ponto-foco de seu curso. Muito embora, é importante ressaltar, Székely também expressasse restrições à eficácia do tratamento psicanalítico (RAYMUNDO; HAUSEN, 1998).

Anos antes, no entanto, um outro movimento em prol da psicanálise *leiga* também começara a germinar: o movimento da Psicologia Profunda, de Igor Caruso (1914-1981), filósofo e teólogo. Malomar Edelweiss, então reitor da Universidade de Pelotas, foi quem trouxe essas ideias para o Rio Grande do Sul, e com certeza deve ser lembrado por sua atuação em favor dos leigos, iniciando, no final dos anos 1950, cursos em Pelotas e em Porto Alegre. Entre os seus colaboradores, destacaram-se o médico Siegfried Kronfeld e Gerda Kronfeld, e os padres jesuítas Aloysio Köehler e Köveckses Géza (1921-1967).

Os dois primeiros analisaram-se com Caruso, e em seu retorno ao Brasil, exerceram a clínica psicanalítica e ofereceram cursos de formação; Köehler foi o fundador do curso de Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

em 1972, e Geza virá a falecer precocemente, não sem antes ter sido proibido da sua prática pelas autoridades eclesiásticas.

Em 1963 a Faculdade de Psicologia da PUCRS é reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura. Um novo momento. A clínica é um dos eixos norteadores do curso e, nela, a psicanálise.

Médicos, psiquiatras e psicanalistas são os convidados para serem professores das disciplinas de Clínica, Teorias Psicoterápicas, Técnica de Entrevista, Psicologia Institucional. Aqui, como de resto nos mais diversos lugares do mundo, a psicanálise é implantada por intermédio da medicina e da psiquiatria, sendo praticada sobretudo por pessoas que receberem formação médica. Nos transmitiram uma teoria consistente, dadivosa, mas também nos transmitiram uma ambiguidade acerca do que o psicólogo podia ou não fazer na prática de saúde, chamada médica. Seu exercício se propunha enquanto subordinado a alguns critérios que não eram objeto de discussão. Como marca de iniciação, nós, os psicólogos ali formados, os recebíamos. Nessa transmissão da psicanálise criava-se um impasse: nos levava a querer ser psicanalistas, o que não podíamos desde o olhar de quem nos transmitia a psicanálise.

Em 1972, a disciplina de Psicologia Clínica passa a ser ministrada por colegas psicólogos: Suzana Notti, Rogerio Costa, Ana Feldens e Marilene Marodin. O professor Isacc Sprinz era seu coordenador. Com ele também aprendemos a tarefa de sermos professores. Fui das primeiras monitoras dessa disciplina, antecedida por Sheyla Borowski, seguida por Nadia Marques. Era minha parceria nessa função, Maria Alice Camara.

Balizava nossa clínica, sem dúvida, a clínica médica, haja vista os termos que se perpetuam no nosso jargão: consultório, alta de tratamento, triagem, ambulatório. Escutávamos com alguma frequência assertivas que nos deslocavam da prática psicanalítica, tais como para tratar *é preciso saber lidar com sangue, ter-se enfrentado com a morte real no dia a dia do trabalho*. No início dos anos 1970, psicólogos, em análise ou já a tendo terminado, trabalhando em clínica, supervisionados, estudiosos da psicanálise, pensavam-se como à margem². Podíamos fazer algumas coisas na missa, jamais consagrar a hóstia.

Ministrava-se os conteúdos – teóricos e práticos –, mas a psicanálise como técnica propriamente dita era interdita. É um tempo em que muitas de nós, psicólogas, nos dedicávamos ao trabalho com crianças: assim, avaliá-las e tratá-las eram exercícios autorizados. De alguma forma, talvez possamos pensar que era um fazer considerado menor, representado pela função feminina do cuidar de crianças, *uma prática mais fácil de ser conduzida*.

Em 1978, no 1º Congresso Regional Latino-Americano de Psicologia, em Campinas, um grupo de professores da Psicologia (PUCRS) apresentou um trabalho que expunha seu modo de ensino da psicologia clínica. Embora ensinássemos psicanálise, não fizemos referência explícita a isso no título e tampouco no seu conteúdo. Anos antes essa proposta de discutirmos nosso modo de ensinar a psicólogos também fora inscrito em um evento de psiquiatria no Rio Grande do Sul. O trabalho, por esquecimento, não fora incluído no programa do encontro. Foi apresentado sem divulgação, portanto (ANDRADE; HAUSEN; CAMARA, 1978).

Gostaria de historicizar o tema da análise profana ou leiga para além do Rio Grande do Sul, e, sobretudo, essa noção de quem são os leigos ao longo desses tempos. A história, do ponto de vista da criação da psicanálise, se

mostra ambígua do mesmo modo. Por um lado, temos a emblemática defesa apresentada por Freud posicionando-se a favor de Theodor Reik, acusado de exercício ilegal da medicina por ser um analista não-médico. Por outro, a força do rechaço ao exercício da psicanálise por um não-médico que gerou a necessidade da defesa forte e pontual de Sigmund Freud. O ano é 1926 quando escreve *A questão da análise leiga – Conversações com uma pessoa imparcial* (FREUD, 2006). Um longo ensaio, escrito como um diálogo, onde defende o exercício da psicanálise por não-médicos e afirma ser psicanalista aquele que atendeu às demandas de uma análise pessoal, de estudos da teoria e de uma clínica supervisionada. Leigo em psicanálise não é quem não é médico, portanto. Leigo em psicanálise é aquele que não percorreu o caminho de uma formação (BOFF et al., 2015). Fidedigna ou não, afirma-se haver circulado nos anos 1930, nos Estados Unidos, a notícia que Freud teria mudado radicalmente seu ponto de vista expresso de modo tão definido na brochura sobre a análise leiga. Em julho de 1938, teria, no entanto, declarado nunca haver recusado o seu ponto de vista, insistindo nele ainda mais persistentemente do que antes, em face da tendência americana de transformar a psicanálise em serva da psiquiatria. Reik, com a eclosão da 2ª Grande Guerra, viu-se obrigado a emigrar para os Estados Unidos, onde nunca lhe foi permitida a prática psicanalítica. Batalhou por ela até morrer em 1969 de uma crise cardíaca. Lembremos que nos Estados Unidos conseguiu-se uma lei que considerava ilegal quem praticasse a psicanálise e não fosse médico.

Nos Estados Unidos, Jones se confronta com a questão da análise leiga, em especial com Abraham Arden Brill, que barrava o acesso dos não médicos à New York Psychoanalytic Society (NYPS), que havia fundado em 1911. Jones tentou uma conciliação no Congresso da IPA em Oxford, em 1929. Brill cedeu e aceitou a filiação dos não-médicos, mas no Congresso de Wiesbaden, em 1932, o assunto ressurgiu. Uma nova regulamentação foi então adotada, estipulando que os critérios de seleção dos candidatos dependeriam, a partir de então, das Sociedades locais, que se tornavam mais autônomas.

O ocorrido com Reik desnudou um conflito importante no seio da comunidade psicanalítica internacional: aqueles a favor de que a psicanálise fosse exercida por médicos tão somente contra os que pensavam seu exercício pautado pela não exclusividade. De alguma forma, assunto que é recorrente. A questão é, quem são os leigos? Esse tema é, sem dúvida, um dos fatores que contribuíram para grandes discussões, cizânias, riscos de cisões no seio do movimento psicanalítico internacional.

Seguindo não necessariamente em rigorosa ordem cronológica, mas dentro de um pressuposto lógico, precisamos nos voltar para a psicanálise britânica.

Na Inglaterra, Ernest Jones é o grande nome: médico, presidente da IPA por dois períodos e também presidente da Sociedade Psicanalítica Britânica, consta que foi o primeiro praticante de psicanálise em inglês.

Com a exposição do trabalho de 1926, no qual Freud apresenta suas razões para sustentar que a psicanálise deve ir além do campo da Medicina, e o temor da cisão no movimento, é aberto em Londres, em 1927, um subcomitê sobre a análise leiga. A conclusão do trabalho desse grupo apresenta a seguinte proposta:

[...] a Sociedade Psicanalítica Britânica é, de modo praticamente unânime, da opinião de que, na maioria, os analistas deveriam ser médicos, mas que

uma proporção de analistas leigos deveria ser livremente admitida, desde que certas condições sejam preenchidas. (KOHON, 1994, p. 26).

Importante aqui fazer uma interpolação com o que se repete em nosso meio. De alguma forma, essa era também uma ideia: alguns colegas poderiam praticar a psicanálise *por serem diferentes... generalizar não é possível...*, as pré-condições eram que supervisionássemos com um psicanalista médico, o que geralmente era difícil porquanto os mesmos relutavam em tomar sob seu encargo essa atividade.

Voltando a Londres, embora se afirmasse ser a Sociedade Britânica a mais acolhedora com relação aos não médicos, preconizava uma prática de cuidado (e eliminação) dos tipos menos satisfatórios. Ressaltava a seleção preliminar e a atitude a ser tomada com relação ao analista em potencial, não médico, o que para os médicos era dado a priori por terem sido selecionados naturalmente em sua Faculdade de Medicina. O exercício da psicanálise bordejava sempre a medicina, até porque os encaminhamentos derivavam dos clínicos. Mesmo tolerando a prática por não médicos, afirmava-se que o diagnóstico e a prescrição deveriam ser médicos. Rotina também presente em nossas origens: a ideia da triagem como condição de assegurar-se do encaminhamento a não médicos.

Muitos temas surgiram em meio a essa polêmica: o cuidado para que a psicanálise não fosse malvista, já que outras profissões não tinham o reconhecimento que a medicina galgara; que leigos cobrariam menos porquanto gastariam menos tempo e dinheiro na sua formação; que por sofrerem discriminação por serem menos, corriam o risco de comportamentos compensatórios para manter o autorrespeito. Muito se escutava para justificar a não aceitação da prática psicanalítica pelos psicólogos. Entre outras, a ideia de que seria a graduação em Psicologia uma via curta para alcançar-se um ganho que demandaria a passagem pela *longa* formação médica. Via curta que se equivalia, é claro, a um uso indevido da própria análise e dos anos dedicados também ao estudo dos textos teóricos.

Jones muito se digladiou com seus pensamentos e a fidelidade a Freud. Uma grande preocupação relacionada ao fato de que a psicanálise pudesse vir a ser desconsiderada levou-o sempre a uma grande exigência com os analistas não médicos.

Foram leigos a princesa Marie Bonaparte, Dra. Phil. Hermine Hug Hellmuth, em Viena, e o Pastor Oskar Pfister, em Zurique. Melanie Klein, o barão Von Freund e muitos mais.

Novamente um salto geográfico que nos remete ao Brasil.

Virgínia Bicudo, nascida em 1910, filha de uma italiana imigrada e de um pai nascido de um ventre livre, foi a primeira brasileira negra a se psicanalisar e a tentar fazer clínica psicanalítica. Ela consta do Conselho Consultivo da Edição Standard das Obras Completas da Editora Imago, ao lado de nomes como Mario Martins, Paulo Guedes e David Zimmermann (todos do RS), de Adelheid Koch, que a analisou, Durval Marcondes e Walderedo de Oliveira, mas também do nome de Leão Cabernite.

Eu tinha sofrimento, tinha dor e queria saber o que causava tanto sofrimento. Eu colocava que eram condições exteriores. Então pensei que, estudando Sociologia, iria me esclarecer. (BICUDO, 1975 apud TEPERMAN; KNOFF, 2011).

Apercebe-se que esses estudos eram insuficientes e encontra-se com o texto freudiano. Passa a participar de um pequeno grupo de pessoas voltado para o estudo das ideias psicanalíticas e formado em torno de Durval Marcondes. Em 1936, esse grupo, convencido da necessidade de haver no país um analista didata, consegue, com a ajuda de Ernest Jones, trazer para São Paulo a Dra. Adelheid Koch, psicanalista alemã credenciada pela IPA como didata, que poderia iniciar aqui uma *real* formação analítica. Virginia se analisa com ela e começa a também tratar pessoas. Chamada de charlatã por conta desse exercício, foi buscar na Europa com os grandes nomes da psicanálise inglesa uma formação. Enquanto lá, participava da BBC em programa em língua portuguesa de entrevistas e pequenos programas de respostas acerca da psicanálise.

No ano seguinte, uma antiga colega sua no Instituto de Higiene, Lygia Alcântara do Amaral, junta-se ao grupo. Duas mulheres de personalidades e origens muito diversas, que se colocam no mundo de maneira diferente: enquanto para Virgínia a vida é uma batalha e ela sente a necessidade de se impor e se fazer respeitar, Lygia parece ver o mundo e as pessoas de maneira mais plácida, menos aguerrida.

É sintomática a diferença de relatos das duas sobre a mesma experiência em episódio ocorrido no Congresso de Saúde Mental de 1954. Agredidas verbalmente por um grupo de psiquiatras opositores da psicanálise, e acusadas de exercício ilegal da medicina e charlatanismo, chegam a ser ameaçadas de prisão. Cada uma reage ao seu modo. Para Virgínia, o fato foi de uma violência inominável: "... foi horrível... eu quis morrer...". Para Lygia, aquele episódio desagradável não chegou a causar problemas: "... quando cheguei em casa, meu marido quis saber como havia sido o Congresso e eu lhe respondi que tinha ficado sabendo que eu era uma charlatã!". Essa dupla será fundamental na construção da psicanálise no Brasil (TEPERMAN; KNOFF, 2011).

No Rio Grande do Sul, outra mulher será *leiga* entre os médicos: Zaira Martins, casada com Mario Martins. Ambos, e mais alguns colegas, retornam da Argentina, onde se analisaram. Zaira, mesmo não sendo médica, estudou com Arminda Aberastury e, com esse legado, torna-se a primeira psicanalista de crianças e adolescentes de Porto Alegre a partir de 1960. Formada na tradição kleiniana, será a única mulher que ajudará a fundar, sem diploma médico, uma sociedade de psicanálise naquele tempo.

Importante também lembrar a Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul através de seu presidente Luiz Olinto Telles da Silva, quando lança a ideia e a concretiza através do convite ao psicanalista Harari para fazer cursos regulares de teoria psicanalítica (GAGEIRO, 1999).

Ao findar sua gestão, a manutenção do grupo é questionada. Esse se desloca para um outro espaço e segue congregando psicólogos suficientemente fortes para impor sua certeza de que psicólogos poderiam ser psicanalistas: Maria Auxiliadora Sudbrack, Angela Brasil, Rita Franci e Jose Luis Caon seguem estudando e agregando novos colegas. Nasce a Maiêutica.

Poucos anos após, um grupo de colegas psicólogas percorrem de modo singular o tripé da formação e fundam o que hoje é a Associação Psicanalítica Sigmund Freud. Em tempos similares, psicanalistas com formação pela IPA argentina fundam o CEPP de PA, abrindo sua formação para psicólogos.

Com trajetórias peculiares, nos enfrentamos agora com uma outra ques-

ção. Podem os leigos exercer a psicanálise em um pressuposto de que agora os leigos são outros?

E para finalizar, gostaria de reafirmar o caráter leigo da psicanálise, que ela possa se manter à parte de uma legislação, de um conselho de profissão, de um decreto que institua normas para seu exercício. O que faz a psicanálise ser leiga é o fato de a psicanálise engendrar um saber que não segue os padrões científicos, teórico-filosóficos, mas um saber que é tecido da vida comum, cotidiana, é um saber leigo (COUTO, 2010).

Nesse sentido, gostaria de enfatizar um pensamento que é meu e propõe que tomemos cuidado para que a instituição formadora não se torne excludente, acreditando só ser psicanalista quem a frequente. Embora saibamos da importância da instituição como espaço de transferência, onde se fazem identificações, onde se fazem trocas, onde nos sentimos protegidos porque pertencentes a ela, sou da instituição tal, essa não pode reproduzir o modelo da Igreja em que se não foste a Roma, não podes consagrar a hóstia.

Somos psicanalistas pelo tripé, análise pessoal, clínica supervisionada e estudo teórico. Que isso se faça em espaços variados, não nessa ou naquela instituição, ou mesmo apenas no âmbito institucional. Muito ouvi, ao longo dos anos, alguém ser nomeado como não-psicanalista, pois não está na Lista, no *Roster*, como por alguma razão se chama a nominata dos colegas que pertencem a essa ou outra instituição, palavra também importada de um lugar que não é nosso!

O ensino da Psicologia tem sido afetado pela ampliação das teorias e práticas que compõem os currículos conhecidos como generalistas. Embora desejável no sentido da própria amplitude que caracteriza uma graduação, corre o risco de coercitivamente afastar-se da noção de inconsciente. A presença de psicanalistas/professores que se oferecem como modelos identificatórios asseguram à psicanálise seu lugar no meio universitário. Sigo acreditando e desejando que na Faculdade de Psicologia se faça marca, por transferência, naquele que em nosso meio virá a ser psicanalista. Como também em outros espaços passíveis de acolher e fundar demandas de formação.

Encerro com a frase de Freud em 1926, quando diz que charlatão não é quem não possui o diploma estatal, mas todo aquele que empreende um tratamento sem o conhecimento e capacidade necessários para isso. Formação não parte de um saber prévio, cabível de ser aplicado, mas de um saber construído no percurso de uma análise, um saber do inconsciente.

NOTA

² Agradeço à Valeria Quadros a disponibilização de seus arquivos de textos acerca do tema.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I.; HAUSEN, D.; CAMARA, M.A. **O ensino da psicologia clínica do Instituto de Psicologia da PUCRS**. 1º Congresso Regional Latino-Americano de Psicologia, *Anais...* Porto Alegre: PUCRS, 1978.

BOFF, A. et al. **Outra vez a questão da análise leiga**. Disponível em: <sig.org.br/wp-content/uploads/2015/05/outravezquestodaanliseleiga>. Acesso em: 30 abr. 2017.

CUNHA, A. **Dicionário etimológico**. São Paulo: Nova Fronteira, 1982.

COUTO, R. Psicanálise: formação e instituições. **Revista Percurso**, São Paulo, dez. 2010. Disponível em: <http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=151&ori=edicao&id_edicao=45>. Acesso em: 30 abr. 2017.

FREUD, S. A questão da análise leiga – conversações com uma pessoa imparcial. In: FREUD, S. **Edição standard das obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. 20, p. 174-248.

GAGEIRO, A. M. A construção de uma psicanálise plural. **Correio da APPOA**, n. 75, p. 9-13, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.apoa.com.br/uploads/arquivos/correio/correio75.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

KOHON, G. (Org.). **A escola britânica de psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

RAYMUNDO, M. G. B.; HAUSEN, D. C. A história da Faculdade de Psicologia - 45 anos. **Psico**, v. 29, n. 2, p. 5-13, 1998.

ROMANO, R. **A liberdade de crença**. Documento eletrônico publicado em 10/2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/60988/a-liberdade-de-crenca>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

TEPERMAN, M. H.; KNOPF, S. Virgínia Bicudo: uma história da psicanálise brasileira. In: **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 44, n. 80, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352011000100006>. Acesso em: 30 abr. 2017.